

De Antonio Gramsci aos *Subaltern Studies*: notas sobre a noção de subalternidade

Camila Massaro de Góes

Trabalho preparado para apresentação no III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 22 a 26 de abril de 2013

Introdução

Este artigo se propõe refletir a respeito da noção de subalternidade construída ao longo da trajetória intelectual do grupo dos chamados *Subaltern Studies*, com especial atenção ao seu momento fundacional, que apresentava como principal marco teórico a obra de Antonio Gramsci. Buscamos, a partir de um estudo da influência que Gramsci exerceu sobre o projeto intelectual indiano, analisar como foi articulada a ideia de “subalterno” do contexto italiano de inícios do século XX à sua utilização a partir de meados dos anos 1980 por parte do grupo de estudiosos indianos. O conceito de “subalterno” é desenvolvido pelo marxista sardo desde o período pré-carcerário, como fica claro em seu importante texto *Temas para a Questão Meridional* de 1926, quando Gramsci inclui no âmbito da “subalternidade” o camponês meridional (CURTI, 2006, pp.21-22). Deste modo, a noção de subalternidade em Gramsci, pensada inicialmente em termos geográficos, encontra lugar no momento em que este trata de um “terreno comum” entre os camponeses do Sul e o proletariado do Norte da Itália.

Esta importância dada por Gramsci à história dos grupos subalternos para entender a história italiana desde o período do *Risorgimento* fez do marxista sardo uma influência decisiva no projeto de (re) interpretação da história indiana, levada a cabo pelos *Subaltern Studies* em inícios dos anos 1980. Os “subalternistas” nasciam, tendo como ponto de partida duas observações fundamentais do raciocínio gramsciano, esboçadas no tardio *Caderno 25*, intitulado *Às margens da história. História dos grupos sociais subalternos*.

A primeira observação metodológica dizia respeito ao fato de que a história das classes subalternas é necessariamente desregrada e episódica: existe na atividade dessas classes uma tendência à unificação, ainda que em plano provisório, mas essa é a parte menos aparente, que se mostra apenas quando a vitória é alcançada. A segunda, de que as classes subalternas sempre sofrem a iniciativa da classe dominante; mesmo quando se rebelam, estão em estado de defesa alarmada (Q.3, §14, p. 299-300)¹.

Nesse sentido, uma história das classes subalternas seria, necessariamente, uma “história de si mesma e do seu contrário”, sobre a desagregação e o caráter

¹ Utilizaremos a edição crítica dos *Cadernos do Cárcere*, organizada por Valentino Gerratana e publicada em 1975 na Itália. Citaremos da seguinte forma: Q. “X”, para o número do *Caderno*, § “Y”, para o parágrafo, e p. “Z” para a página na referida edição.

episódico da vida dessas classes e do esforço por se unificarem em um momento mais alto, como nova classe dirigente e dominante. No *Caderno 25*, Gramsci refinou essa observação no parágrafo intitulado “Critérios metodológicos”:

a unidade histórica das classes dirigentes se dá no Estado e a história deste é essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estados. (...) A unidade histórica fundamental, pela sua concretude, é resultado das relações orgânicas entre Estado, ou sociedade política, e “sociedade civil”. As classes subalternas, por definição, não estão unificadas e não podem se unificar enquanto não se tornarem “Estado”: a sua história, portanto, se confunde com a da sociedade civil, é uma função “desregrada” e descontínua da história da sociedade civil e, por isso, da história dos Estados ou grupos de Estados (Q.25, §5, p. 2287-2288).

Aqui, a história das classes subalternas e a história das classes dirigentes surgem como resultado da caracterização da relação de ambas com o Estado e entre si, ou seja, por meio da política. Esse critério permitiu a Gramsci propor o componente histórico da hegemonia: as origens do desregramento e da descontinuidade da história das classes subalternas, bem como do regramento e continuidade da história das classes dominantes. O exemplo gramsciano era o da própria realidade italiana desde o contexto de sua unificação nacional, o chamado *Risorgimento*, no século XIX. Gramsci percebia que o conflito da separação entre intelectuais e povo, bem como da incapacidade da burguesia em se converter numa classe efetivamente dirigente na península se mantinha nas primeiras décadas do século XX, configurando uma crise latente do Estado italiano. E sabia que, no seu presente histórico, sob o fascismo, quanto mais “repressiva e nacionalista” se tornava a realidade política e econômica italiana, mais nítida, aguda e irreversível era esta crise estatal, só superável se uma nova classe dirigente – o proletariado – tomasse o poder para fundar um novo Estado (Q.23, §57, p. 2253).

Foi trilhando as pistas dadas por Gramsci que os intelectuais indianos que formaram os *Subaltern Studies* iniciaram seu projeto de promover uma “sistemática” e “informada” discussão sobre temas subalternos no âmbito dos estudos sul-asiáticos, a fim de retificar o viés elitista característico de grande parte das pesquisas e dos trabalhos acadêmicos desta área (GUHA, 1982, p.vii). Os *Subaltern Studies* organizaram uma série de coletâneas de artigos, de 1982 a 2000, sobre a história social indiana com vistas a cobrir uma lacuna da história oficial “elitista” no que diz respeito a representação das classes e dos grupos subalternos indianos. Nos

concentraremos, neste artigo, sobre o componente gramsciano de estímulo às pesquisas no âmbito do projeto “subalternista”².

Gramsci como influência teórico-política do projeto dos *Subaltern Studies*: por uma história das classes e grupos subalternos indianos

Ranajit Guha³ (2009) considera Gramsci um mestre para os *Subaltern Studies*. Na relação entre aprendizes e mestres, a influência age em um processo de duas direções das quais são ativas ambas as partes. É por isso que uma aula traz benefício ao aluno que participa, mas não deixa marcas em um que permanece indiferente. Sobre esse aspecto, Guha acredita que a influência assemelha um pouco aquilo que a biologia chamou de “adaptação”. Gramsci mesmo usa essa terminação como metáfora ao afirmar que a continuidade pode criar uma tradição saudável, se o povo puder participar ativamente daquilo que ele define como “desenvolvimento orgânico”. Segundo Gramsci, esse processo é um “problema de educação das massas, de suas “conformações” segundo a exigência de “um fim para alcançar” (Q6, § 84, p.84).

Durante um período, as ciências biológicas consideravam a “adaptação” como um fenômeno providencial estreitamente circunscrito a alguns ecossistemas segundo um esquema pré-ordenado; depois de Darwin, foi reconhecido como um processo de todo casual, no qual um organismo se adapta enquanto houver a oportunidade de sobreviver e de se reproduzir. Essa circunstância basta para explicar o porque que o pensamento gramsciano rendeu mais frutos em países distantes do que em seu próprio continente de origem, segundo Guha (2009). Também na Índia, com todo o sucesso que encontrou, não se enraizou onde se deveria esperá-lo, mas em um contexto totalmente diverso (GUHA, 2009, p.31).

O projeto dos *Subaltern Studies*, como nos explica o historiador indiano, manteve distância dos grupos de intelectuais marxistas tradicionais e militantes

² O conceito de subalterno cumpriu um papel fundamental na fusão das diferentes fontes que conformaram os *Subaltern Studies*. Essa fusão, porém, não significou um consenso a respeito da noção de subalternidade, existindo, portanto, uma tensão intelectual e política permanente, o que desencadeou em um distanciamento da obra de Antonio Gramsci a partir da influência teórica de autores como Roland Barthes, Michel Foucault e Jacques Derrida.

³ Ranajit Guha editou os primeiros seis volumes da série *Subaltern Studies: Writings on South Asian History* (I, II, III, IV, V, VI) de 1982 a 1989. Suas publicações incluem *A Rule of Property for Bengal: An Essay on the Idea of Permanent Settlement* (1963, 1982, 1996), *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India* (1983), e *Dominance without Hegemony: History and Power in Colonial India* (1998).

comunistas indianos do período. O partido comunista indiano havia cindido em 1964, dando origem ao Partido Comunista Indiano (PCI), alinhado aos interesses soviéticos e ao Partido Comunista Indiano Marxista (PCIM), de orientação maoísta. Nenhum destes partidos havia estabelecido Gramsci enquanto influência em seus programas políticos, tampouco conheciam sua vida ou sua obra até fins de 1964. Guha argumenta que “aos olhos dos *Subaltern Studies*”, ambos os partidos representavam uma “extensão liberal de esquerda da elite que estava no poder” (*ibid.*, p.32). Segundo o historiador indiano, isso não significa entender os *Subaltern Studies* como “apolíticos ou anticomunistas”. Ao contrário, na “tentativa de elaborar uma crítica radical ao colonialismo e a presença colonialista que permaneceu no estudo da história e da sociedade da Ásia meridional” se consideravam “propriamente marxistas” e se opunham aos “dois partidos comunistas oficiais pelo uso oportuno e dogmático do marxismo que faziam” (*ibid.*, p.32).

Deste modo, um dos importantes fatores para considerar nas origens intelectuais dos *Subaltern Studies* no que se refere à apropriação de conceitos marxistas, e em especial de Antonio Gramsci, refere-se à influência intelectual de Susobhan Sarkar, eminente historiador de Bengali que lecionou no *Presidence College* de Calcutá, quando Ranajit Guha era ainda um estudante – estabelecendo, assim, seu primeiro contato com a obra gramsciana. Foi Sarkar quem proveu a primeira recepção compreensiva de Gramsci em toda Índia. Em fins da década de 1950, num período em que a maioria dos marxistas ocidentais não estava ainda familiarizada com Gramsci, Sarkar já havia iniciado a discussão sobre a obra do marxista sardo com seus alunos. Foi nesse mesmo período que Guha se tornou colega de Sarkar no Departamento de História da Universidade de *Jadavpur*. O interesse de Sarkar por Gramsci persistiu na década seguinte, tendo publicado *The thought of Gramsci* em 1968. A acessibilidade das traduções para o inglês, nesse período, originou um pequeno público literato sobre Gramsci na Índia (CHATUVERDI, 2000, p.viii).

O grupo marxista do qual provém Guha surgiu, nesse sentido, no final da década de 1970 com o Centro de Estudos de Ciências Sociais (CSSC) de Calcutá. Em seu interior havia uma clara divisão entre os considerados “velhos” marxistas, acima

delimitados, e a “nova” tendência, marcada pelo movimento naxalista ⁴ (SUBRAHMANYAM, 2003, p.8). No cerne desse segundo grupo, surgiu pouco a pouco um núcleo de estudos sob influência de Guha, que já havia tido uma carreira intelectual e política marcada por difíceis relações com todos os considerados “grandes” do marxismo indiano dos anos de 1950 e 1960⁵. Foi no CSSC, sob a sua decisiva influência, que se reuniram os principais intelectuais que compuseram e fundaram os *Subaltern Studies*.

É necessário levar em consideração, nessa ocasião, o contexto que condicionou as opções teóricas e políticas que levaram ao surgimento do projeto “subalternista”. Em primeiro lugar, destaca-se o chamado movimento camponês naxalista. Esse movimento consistiu numa breve experiência derrotada pelas forças conjuntas do Congresso e dos dois partidos comunistas da época, em uma série de operações repressivas que compreenderam o período de 1968 a 1971 (GUHA, 2009, p.32). O que fez desse movimento potente em tão curto espaço de tempo, segundo argumenta Guha, foi o difuso descontentamento com a formação política da nova República Indiana que havia chegado ao poder em 1947.

O desastre dos anos 1940 – a guerra, a carência, a divisão do subcontinente em dois Estados provocando o êxodo de centenas de milhares e um conflito sectário que passou para a história pela violência sem igual naquela parte do mundo – suscitou um impacto do qual a população continuou a sofrer por décadas depois da Independência. Entre os pobres das cidades e dos campos, compreendendo também a classe média levada à pobreza, se esperava uma sensível melhora de condições com o novo governo independente da Índia. No entanto, a elite no poder, representada pelo Partido do Congresso, “estava mais preocupada” em consolidar seu controle sobre o patrimônio herdado dos ingleses. Deduzia-se o consenso do povo, que havia formado os exércitos das lutas anti-imperialistas durante campanhas subsequentes desde os primeiros anos do século XX.

Para Guha, quando os “patrões coloniais” foram obrigados a sair e a ocupação havia finalmente terminado, legiões foram esquecidas e os generais trataram

⁴ Movimento destinado a criar uma nova aliança entre alunos universitários e camponeses em nome de uma revolução supostamente maoísta. O seu nome se dá em função de sua origem geográfica, na pequena vila de Naxalbari, no norte de Bengala, na Índia.

⁵ Depois de um intenso período de militância política e sindical, Guha sai do Partido Comunista Indiano em 1956 e passa a se dedicar à carreira acadêmica, tendo se transferido para a Inglaterra nos anos 1960 para lecionar na Universidade de *Sussex*.

rapidamente de “manipular o aparato estatal para assegurar os interesses das classes e da comunidade que representavam” (*ibid.*, p.33). A elite no poder reprimiu cada foco de resistência recorrendo abundantemente ao exército, à polícia e às leis, e, assim, os críticos tiveram de se contentar a ser oposição no parlamento. Embora essa estratégia tenha funcionado relativamente, não foi o bastante para reduzir ao silêncio a oposição que crescia do lado de fora. Em fins dos anos 1960, a miséria havia chegado a um elevado grau de desespero, que bastaria somente uma faísca para explodir a revolta das massas – essa faísca veio do movimento camponês de Naxalbari. O movimento iniciou como uma revolta local contra os proprietários de terra, mas logo se tornou um sinal de insurreição em pequena escala para outras zonas do campo. Não é menos significativo o fato de que se difundiu também nas zonas urbanas.

A força deste movimento nasce da desilusão de duas gerações com a classe governamental e com os elementos dominantes da sociedade. A geração mais velha estava desiludida porque os governantes não haviam mantido as promessas de um futuro melhor que, quando eram chefes do movimento nacionalista haviam usado para mobilizar as massas em busca da Independência. Já a geração mais jovem estava desiludida porque os partidos e o governo não souberam garantir a eles um futuro melhor do que haviam passado ao longo da infância. É também este duplo descontentamento que traz força aos *Subaltern Studies*. Guha é representante da geração mais velha, enquanto os outros intelectuais do grupo pertencem à geração mais jovem⁶. Desta forma, o projeto “subalternista” pode ser visto como “parte orgânica de seu tempo” e não simplesmente como um conjunto independente de observações acadêmicas.

Para o historiador indiano, o fim do domínio colonial não havia originado nada que substituísse ou modificasse substancialmente seu principal aparato: o Estado, que foi transferido intacto para o novo regime. Como consequência, quando o poder passou às mãos dos indianos e a miséria do velho regime prosseguiu inalterada, a situação do presente restituiu diretamente o seu passado imediato. Esta associação

⁶ Entre eles destaco Dipesh Chakrabarty, que optou por trabalhar sobre a classe operária indiana; Gyanendra Pandey, que tinha já uma importante tese sobre os camponeses na Índia do Norte; Shahid Amin, também historiador do campesinato; Gautam Bhadra, que se interessava pela história da transição do Império Mongol para o Império Britânico; e Partha Chatterjee, entre eles considerado o mais teórico, devido à sua formação com mais ênfase em teoria e filosofia política (SUBRAHMANYAM, 2004, p.10).

abriu um amplo espaço no qual perguntas e preocupações puderam se coagular em torno de temas contíguos do Estado e da sociedade civil. Tanto sobre um, como sobre outro, a obra de Gramsci ofereceu uma ajuda preciosa. No entanto, foi necessário adaptar a situação indiana, traduzi-la da experiência italiana sobre a qual as reflexões gramscianas tinham lugar.

Na tentativa de entender a distância estabelecida entre o povo e o governo, os *Subaltern Studies* recorreram à teoria gramsciana da hegemonia. O Estado colonial havia sido conquistado pelos ingleses não com o consenso da população local, mas com a força. Embora tivessem escolhido o temor como o princípio fundamental do governo, os ingleses se deram conta de que para convencer a elite indiana a sustentar o *Raj*, precisariam recorrer a diversos meios ideológicos e materiais – e, de fato, conseguiram fazê-lo durar por quase dois séculos. Os *Subaltern Studies* assumiram a tarefa de “colocar os momentos particulares desta complexa relação em uma configuração geral de poder” (*ibid.*, p.35).

Poder havia significado, ao longo da história indiana, não só a desigualdade entre conquistadores ingleses e súditos indianos, mas entre dominantes e dominados também em termos de classe, casta, gênero, geração e assim por diante. Esta desigualdade de relações, com todas as suas diversidades e transformações, derivam de uma relação geral de domínio e subordinação: domínio por coerção e persuasão, subordinação por colaboração e resistência. A reciprocidade de domínio e subordinação é, para Guha:

lógica e universal; mas o mesmo não vale para as respectivas cópias constitutivas, que se implicam reciprocamente somente em certas condições, e a saber, de maneira contingente. Como consequência, mais que os conceitos abstratos de domínio e subordinação, são estas condições que exprimem concretamente o dinamismo da experiência histórica em todo seu escorrer e fluir. De fato, são propriamente estes componentes do domínio e da subordinação que distribuem seus momentos em várias combinações, a distinguir uma sociedade de outra e um acontecimento do outro, segundo as especificidades das relações de poder características de cada um (*ibid.*, p.36).

Deste modo, o caráter da inter-relação entre domínio e subordinação em cada caso particular, depende do peso relativo aos elementos de coerção e persuasão no domínio, de resistência e colaboração na subordinação – em outras palavras, da composição orgânica daquela relação de poder. A noção de hegemonia se estabelece no argumento de Guha como uma “condição de domínio” de tal forma que, em uma

posição orgânica de composição de domínio, a persuasão sobrepõe-se à coerção. Nesse sentido, o Estado colonial é considerado por Guha como um “domínio sem hegemonia”.

Esse conceito se tornou importante no panorama mundial por definir a articulação da categoria de subalterno. O ponto de vista monístico da política indiana oferecia certa vantagem para o discurso da elite ao permitir que a elite se comprometesse com a simples noção de que o estado colonial era genericamente o mesmo que o estado metropolitano posterior a esse. Questiona-se, deste modo, “como pôde um estado constituído de cidadãos ser dito como fundamentalmente indiferente a um estado colonial sem cidadania?” O que tornou possível sustentar o discurso colonial e evitar tal questionamento foi a suposição de que o regulamento colonial do sul asiático era baseado no consentimento, tanto quanto o regulamento da burguesia metropolitana em um soberano país ocidental é baseado no consentimento de seus “cidadãos”. Um importante aspecto dos *Subaltern Studies* foi o de submeter a essa hegemônica conjectura, através de inúmeras formas polêmicas de exposição, uma crítica radical:

Longe de ser abençoado com a concordância e a cooperação daqueles pelos quais isso foi imposto por subjugação, o pesadelo chamado de *Raj* foi um domínio sem hegemonia, que é, um domínio no qual o movimento da persuasão excede em peso à coerção, sem, no entanto, eliminá-la completamente (*id.*, 1999, p.xvii).

A reivindicação declarada dos *Subaltern Studies* era a de produzir análises históricas nas quais os grupos subalternos fossem vistos como sujeitos da história. Ao usar povo e classes subalternas como sinônimos, e definindo ambos como “a diferença demográfica entre o total da população indiana” e o nativo dominante e a elite estrangeira, Guha reivindicou que havia na Índia colonial um domínio “autônomo” da “política do povo” que estava organizado de modo diferente do domínio da política da elite.

Em *On Some Aspects of the Historiography of Colonial India*, Ranajit Guha justificou a atualidade e a necessidade deste projeto em inícios da década de 1980. Neste importante texto fundacional, Guha afirma que a historiografia do nacionalismo indiano foi dominada pelo elitismo, tanto o colonialista quanto o nacionalista-burguês. Ambas essas variedades do elitismo consideraram a nação indiana e o desenvolvimento de sua própria consciência, o nacionalismo, como exclusivamente ou predominantemente empreendimentos da elite (*id.*, 1982, p. 1). As duas

modalidades sobreviveram à transferência de poder e foram assimilados a formas neocolonialistas e neonacionalistas de discurso, na Inglaterra e na Índia respectivamente.

Deste modo, o projeto subalternista interveio no debate sobre o nacionalismo indiano em oposição à interpretação “oficial” predominante na história moderna da Índia. Esse debate apresentou dois temas principais – o nacionalismo e o colonialismo – e perpassou dois extremos: de um lado, os que argumentavam ser o “nacionalismo” próprio de uma pequena elite, erigida nas instituições educacionais criadas pelo governo britânico na Índia. Essa interpretação colocava em primeiro plano uma visão estreita daquilo que constituía o “interesse” político e econômico dos atores históricos, negligenciando, assim, o papel das ideias e do “idealismo” na história. No outro extremo, numa vertente marxista de tipo próximo ao “determinismo”⁷, a história indiana do período colonial era vista como uma épica batalha entre as forças do colonialismo e as do nacionalismo, sendo o primeiro uma força regressiva que distorcia todos os desenvolvimentos da sociedade e da política indiana, enquanto o segundo era uma “força regenerativa”, antítese do colonialismo, que unificava e produzia um “povo indiano” mobilizado contra a Inglaterra (CHAKRABARTY, 2000, p.10-11).

A historiografia considerada “elitista”, entretanto, não é descartada dos estudos “subalternistas”. Guha ressalta que ela é útil ao passo que ajuda a entender a estrutura do Estado colonial, a operação de vários órgãos em determinadas circunstâncias históricas, a natureza do alinhamento das classes que a sustentaram, alguns aspectos da ideologia da elite como elite dominante do período, as contradições entre duas elites e as complexidades das oposições mútuas e coalizões, bem como o papel desempenhado pelas mais importantes personalidades britânicas e indianas nas organizações da elite. O que a historiografia da elite não ajuda a explicar é o nacionalismo indiano. A pobreza dessa historiografia localiza-se na compreensão da articulação das massas. Exceto, negativamente, como problema de ordem e lei, e positivamente, se possível, como resposta ao carisma de certos líderes da elite.

⁷ Essa vertente marxista identifica-se, segundo aponta Chakrabarty (2000), na figura do historiador Bipan Chandra, professor da Universidade de *Jawaharlal Nehru*. Chandra e seus seguidores se inspiravam nos escritos marxistas e também nas teorias da dependência latino-americanas. Nessa linha de interpretação da história índia, Gandhi e Nehru são vistos como os autores de um movimento anti-imperialista em busca de uma unidade da nação.

O argumento de Guha é de que paralelo ao domínio da política elitista existiu por todo o período colonial outro domínio da política indiana no qual os principais atores não foram os grupos dominantes da sociedade “nativa” ou das autoridades coloniais, mas a população e a camada intermediária, tanto na cidade quanto no campo – isto é, o “povo”.⁸ A coexistência desses dois domínios, perceptíveis tanto por intuição quanto por demonstração, foi o *index* de uma importante verdade histórica: “a derrota da burguesia indiana ao falar para a nação” (GUHA, 1982, p.5-6). Desta forma, existiriam vastas áreas presentes na vida e na consciência do povo que nunca foram integradas como parte da luta por hegemonia, isto é, não se deu atenção na historiografia a um aspecto importante do conflito – o da resistência.

Contudo, é importante ter em mente que as iniciativas originadas do domínio da política subalterna não foram poderosas o bastante para desenvolver um movimento nacionalista pela libertação nacional – e o estudo dessa derrota constitui a problemática central da historiografia colonial da Índia. É interessante visualizar nesta iniciativa as implicações do projeto gramsciano esboçado no Caderno 25⁹. A busca por reconstituir a “história necessariamente desagregada e episódica” das classes subalternas indianas, tendo em vista que não obtiveram “a vitória”, e que, portanto, não se apresentam enquanto “unidade” é um ponto importante, assumido de modo frutífero por Guha e outros intelectuais indianos em seu esforço de reinterpretação da história indiana.

Nessa análise, o ponto chave pode ser apontado, como ressalta Baratta (2009), na ênfase de uma linha de substancial continuidade – nos confrontos dos subalternos na Índia – do Estado colonial ao Estado nacional liberal. Nesse sentido, a “figura-chave” que representa o elemento decisivo de continuidade entre o velho e o novo no mundo dos subordinados consiste na figura do “camponês”. Mais que um contorno social definido, entende-se com essa expressão uma metáfora, ligada aos movimentos e transformações demográficas que estão em constante mudança ao redor do mundo,

⁸ Guha em uma nota esclarece que “classes subalternas” e “povo” são usados por ele com o mesmo sentido. Os grupos sociais e elementos incluídos nessa categoria representam a diferença demográfica entre a população indiana total e todos aqueles descritos como “elite”.

⁹ No prefácio do *Subaltern Studies I*, entretanto, Ranajit Guha foi cuidadoso ao apontar que seria indolente equiparar o projeto “subalternista” ao projeto previsto por Gramsci em seus “*Notes on Italian History*”, que consistia em um dos volumes dos Cadernos do Cárcere publicados na língua inglesa em 1973, e utilizada por Guha em suas citações. Essa edição é composta em maior parte pelo volume III dos *Quaderni del Carcere*, da Edição Crítica de Valentino Gerratana. Destacam-se nesse volume o Caderno 19 e o Caderno 25.

introduzindo elementos aparentemente residuais e anacrônicos, mas que podem ser, ao contrário, decididamente inovadores e progressivos, em “pleno coração do capitalismo contemporâneo” (BARATTA, 2009, p.20).

Gramsci e a subalternidade camponesa indiana: a questão meridional como questão internacional

Parte fundamental do esforço dos *Subaltern Studies* concentrou-se na insistência de que os camponeses eram contemporâneos ao colonialismo e parte fundamental do governo colonial estabelecido na Índia, em oposição à ideia mais comum, de que seriam “anacrônicos” à modernização do mundo colonial. A tendência mais corrente à historiografia marxista global até os anos 1970 era a de olhar para as revoltas camponesas como movimentos que revelavam uma “consciência atrasada” – isso é, uma consciência que não tinha chegado aos termos da lógica institucional da modernidade ou do capitalismo (CHAKRABARTY, 2000, p.13).

Para Guha (1988), a historiografia havia se contentado em lidar com a rebelião camponesa meramente como uma pessoa ou membro empírico de uma classe, mas nunca como uma entidade cuja razão constituía uma práxis chamada rebelião. Essa omissão é apagada na maior parte das narrativas por metáforas que assimilam as revoltas camponesas à fenômenos naturais: “estouram como trovões em um temporal, levantam como terremotos, se espalham como incêndios e infectam como epidemias” (GUHA, 1988, p.46). Mesmo quando a historiografia fora pressionada a produzir explicações em termos mais humanos, assumiu-se uma identidade entre natureza e cultura – uma marca, presumidamente, de um estado muito baixo de civilização.

Guha sugeriu, de modo oposto, imbuído da crítica ao determinismo e ao neoidealismo realizada por Gramsci, e tendo em vista que as manifestações de insurreição das classes subalternas se apresentam de modo fragmentado e desagregado, que a natureza da ação coletiva contra a exploração na Índia colonial se deu de forma tal que foi necessário estender os limites imaginários da categoria “político” para muito além dos territórios demarcados pelo pensamento político europeu – era necessário *historicizar* a análise deste processo. Ao considerar o movimento camponês como “pré-político”, e ao ignorá-lo, segundo a visão de Guha,

só se poderia gerar história de um ponto de vista elitista. Nessa iniciativa, Gramsci possui um papel central.

O interesse do marxista sardo sobre as massas camponesas inicia em meados da década de 1920, tendo ocupado um lugar de destaque nos escritos carcerários, de 1929 a 1935. Uma das razões claras do interesse de Gramsci sobre esse tema era a sua própria trajetória de vida. Embora considerado um dos principais nomes do “marxismo ocidental”, Gramsci era proveniente do que era outra periferia. Nascido no “Oriente italiano”, o marxista sardo esteve, ao longo de sua vida, muito atento à Questão Meridional (BOOTHMAN, 2004).

Em *Temas para a Questão Meridional*, de 1926, a experiência da Revolução Russa aparecia como contexto histórico fundamental. Esse pequeno ensaio foi o último texto escrito por Gramsci antes de ser preso, e, por isso, não foi finalizado nem publicado pelo autor. A influência da teoria política de Lênin assim como a política de frente única sugerida pela Internacional Comunista, com a palavra de ordem do “governo-operário-camponês” forneceram a Gramsci uma nova leitura da questão meridional e da relação entre classe operária e campesinato. Gramsci estava em luta, nesta ocasião, pela direção do PCI, desde 1923, contra a direção de Bordiga, dirigente do partido com quem apresentava profundas divergências.

Bordiga desprezava a questão camponesa insistindo na exclusividade da classe operária como força da revolução (DEL ROIO, 2007, p.65). Conformava um erro, na visão de Gramsci, destituir os movimentos camponeses, entendendo-os como “inúteis” ou “irrelevantes” (ARNOLD, 2000, p.28). O marxista sardo considerava como uma das tarefas fundamentais dos intelectuais desvelar complexidades e “traduzir” em linguagem intelectual os elementos da vida histórica, em busca de sinais de iniciativa subalterna e incipiente identidade de classe. Falhar nesta tarefa, esperando que a realidade conformasse um esquema abstrato configurava, para ele, uma expressão de passividade.

No texto pré-carcerário, Gramsci buscava também aprofundar as teses do III Congresso do PCI, realizado em Lyon no início daquele mesmo. A questão meridional é abordada como particularidade da questão agrária na Itália, como elemento da questão nacional, seguindo o método leniniano, e fazendo, portanto, sua “tradução”. Publicado apenas no começo de 1930, o texto estava de fato voltado para atrair o novo meridionalismo, cujos intelectuais observavam no campesinato do sul a

força propulsora decisiva da revolução nacional e democrática, mas percebiam também a importância do operariado setentrional nesse processo.

A unificação das classes subalternas italianas já se estabelecia no argumento gramsciano como contribuição à unificação do gênero humano, numa perspectiva política e cultural que reconhecia a aliança com o campesinato, num contexto internacional de atualidade da revolução socialista. A internacionalização se move, nesse caso, sobre duas empreitadas aparentemente opostas, mas que se complementam. A primeira trata da história dos Estados subalternos, que só se explicaria a partir da história dos Estados hegemônicos. A segunda, por outro lado, consiste no fato de que “as forças do progresso” não deveriam ser procuradas necessariamente “ao nível do Império”. Sendo proveniente da Sardenha, afirma Boothman (2004) que Gramsci sabia bem que um povo oprimido pode alcançar a libertação apenas com as suas próprias forças.

A questão meridional se constituía, assim, como *ponto de partida* para um exame mais profundo das “vicissitudes históricas do capitalismo contemporâneo”. Essa questão encontrou lugar numa Itália de notável instabilidade política e fragmentação do senso comum. O Sul da península foi definido por Gramsci como:

Uma grande desagregação social. Os camponeses, que constituem a grande maioria da sua população, não têm nenhuma coesão entre si (...) A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais de pequena e média burguesia rural e, por fim, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais (GRAMSCI, 1987, p.114).

Como condição para o proletariado se tornar “classe dirigente”, nessa esfera, seria necessário não só controlar a produção econômica, mas também exercer sua direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais opostas ao capitalismo. É nesse sentido que a preocupação central de Gramsci situa-se ao redor da questão da hegemonia, propriamente em relação à capacidade que deveria ter o proletário de não limitar sua ação à simples coerção, mas de fundá-la essencialmente sobre o consenso das massas trabalhadoras e, em particular, do campesinato. A classe operária não poderia subestimar essa questão – mesmo depois do acesso ao poder, ela deveria continuar a ser dirigente (Cfr. COUTINHO, 1999). Em uma das suas mais famosas passagens à cerca do conceito hegemonia, no *Caderno 19*, Gramsci afirma:

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente” (Q19, § 24, p.2010-2011).

A classe operária deveria assumir como sua a tarefa de resolver a questão meridional: dirigir politicamente a massa de camponeses e conduzi-los à realização de uma reforma agrária radical que pusesse fim ao poder dos latifundiários e, desse modo, destruísse as relações hegemônicas que a burguesia industrial do Norte continuava a exercer sobre o conjunto da população meridional – a aliança operário-camponesa era, para Gramsci, uma condição de vitória da revolução operária:

o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora (GRAMSCI, 1987, p.111).

Na Itália, para Gramsci, a ascensão das classes subalternas à hegemonia só se daria a partir da direção do proletariado industrial e na medida em que conseguisse obter o consenso das amplas massas camponesas. A questão Italiana, nesse sentido, era determinada historicamente. Ou seja, era determinada pelo específico desenvolvimento da história italiana que assumiu duas formas típicas e peculiares – a questão meridional e a questão vaticana. Para o marxista sardo,

conquistar a maioria das massas camponesas significa, para o proletariado italiano, assumir como próprias estas duas questões do ponto de vista social, compreender as exigências em seu programa revolucionário de transição, pôr tais exigências entre suas próprias reivindicações de luta (*ibid.*, p.112).

Pensar o problema do Sul italiano, nesse sentido, exigia pensar no modo de derrubar o próprio preconceito do proletariado presente na ideia de uma inferioridade natural do Sul, imposta pela ideologia de “propagantistas” da burguesia. Nesta ideologia, a culpa do Sul ser atrasado não seria uma questão histórica ou do próprio desenvolvimento do sistema capitalista, mas da natureza que os fizeram incapazes, criminosos, bárbaros, etc. Os operários deveriam se pensar como “membros de uma classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais, classe essa que só poderia

vencer e construir o socialismo” se fosse “ajudada e seguida pela grande maioria desses estratos sociais” (*ibid.*, p.113).

A ideia de uma frente única para a Itália, que deveria encontrar nesta aliança o núcleo gerador da revolução socialista, forneceu à Gramsci a chave para que pudesse encontrar um novo lugar para o campesinato na estratégia revolucionária. Esse sujeito revolucionário, tão importante quanto o peso econômico e demográfico que desempenhava, foi, nos *Cadernos*, colocado num conjunto denominado como "classes subalternas".

Apoiados nesta noção originária de subalternidade, os *Subaltern Studies* buscaram tratar da cultura marginal e reprimida do governo colonial – em particular, através da análise de literaturas e culturas das minorias. Os intelectuais indianos se apropriaram da reflexão de Gramsci sobre a relação entre força e consenso, numa proposta metodológica unificada para a análise do Estado. Considerando isso, o estudo do colonialismo abria um campo de estudos que levaria em consideração as múltiplas diversidades, no âmbito da resistência e também na do consenso, que estão além da extrema simplificação das quais lidaram a interpretação elitista de tipo nacionalista.

As duas formulações de Guha, que tanto o nacionalismo quanto o colonialismo tinham o objetivo de instituir na Índia um governo a serviço do capital, no qual as ideologias burguesas exerceriam um “domínio sem hegemonia” abriu o cenário movimentado em torno da persuasão como veículo de possível resistência, ao contrário da mera subordinação e coerção. Isso serviu como um pretexto teórico para a fabricação do “absurdo” de uma ideia de “Estado sem coerção”, contrário ao impulso fundamental de Gramsci em seu próprio trabalho (GUHA, 1998, p.23).

Uma questão fundamental que surge no esforço em aplicar as ideias gramscianas ao específico contexto do campesinato indiano é a da autonomia. Gramsci enfatizava a força da dominação coercitiva e da direção hegemônica exercida por grupos dominantes sobre as classes subalternas. Um de seus objetivos era justamente o de entender e explicar o porque que o poder estatal, especialmente nas sociedades modernas capitalistas, aparecia ser tão difícil de derrubar e porque as classes subalternas pareciam aceitar esta subordinação.

Gramsci via poucas evidências de autonomia nos movimentos camponeses, tanto por não conseguirem se organizar e produzir próprios líderes, quanto num

sentido mais geral, por sua incapacidade de montar um ataque ideológico e político capaz de derrubar a dominação e a hegemonia das classes dominantes – “Os grupos subalternos sempre sofrem a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: somente a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação” (Q.25, §2, p.2283).

Em aparente contraste com a argumentação gramsciana, Guha argumentou que ao longo do período colonial, a política subalterna constituiu um “domínio autônomo” que “não se originou da política da elite e nem sua existência dependia dela” (GUHA, 1982, p.4). Guha identificava este domínio subalterno da política a uma ampla variedade de modos de ação e pensamento, particularmente expressados por rebeliões, revoltas e movimentos populares. Estava implícito, segundo argumenta David Arnold (2000, p.35), que estes eram a expressão política da cultura campesina subalterna e a visão de mundo contida nela era largamente autônoma daquela da elite. Guha não concluía que ambos os domínios eram totalmente separados, mas nunca totalmente integrados – “havia vastas áreas na vida e consciência do povo que nunca foram integrados à hegemonia. A *estrutural dicotomia* que surgiu disto é o ponto de partida da história indiana do período colonial” (GUHA, 1982, pp.5-6).

Neste ponto, Guha se opôs à uma leitura determinista do conceito de hegemonia em Gramsci, que sugere um quase total controle político, cultural e ideológico das elites sobre as classes subalternas. O importante historiador marxista E.P. Thompson também sugeriu uma leitura da hegemonia nesses termos, de modo a exercer sobre o grupo dos *Subaltern Studies* uma importante influência no que diz respeito à análise de movimentos camponeses:

Nossa experiência tende a nos fazer resistir à concepção de imposição hegemônica de classe como imposição absoluta de categorias ou de estruturas de dominação. Jamais houve época em que a dialética da dominação e da resistência a essa imposição não fosse central no desenvolvimento histórico. Mas em nossa história sem ruptura, temos um movimento no qual a pressão vinda de baixo é contida no alto, absorvida, o que conduz a uma modificação da estrutura, seguida por uma nova pressão de baixo (THOMPSON, 2001, p. 209).

A compatibilidade da autonomia subalterna em relação à dominação da elite ou sua hegemonia e a dialética natureza desta relação também foi apontada por Partha Chatterjee (1983). Para o teórico indiano, os grupos dominantes, em seu exercício de dominação, não consomem nem destroem as classes dominadas, pois assim não

existiria *relação de poder*, e conseqüentemente, dominação. Sem sua autonomia, as classes subalternas não teriam identidade de si mesmas, não teria um domínio no qual elas poderiam resistir ao mesmo tempo em que elas são dominadas. Elas seriam, deste modo, integradas à história de vida das classes dominantes.

Os trabalhos de Chatterjee sobre nação e nacionalismo na história indiana são exemplares dessa perspectiva. Ao questionar a teleologia que guia as visões historiográficas ortodoxas sobre o processo de independência em seu país, Chatterjee mostrou como certos conceitos totalizantes obliteravam os modos específicos de protesto e articulação política dos grupos subalternos na Índia. Isto é, a ciência política que moldava esses estudos subsumia os diversos fragmentos da insurgência popular aos limites do que se considerava propriamente "político", ignorando formas de atividade e de consciência que escapavam à moldura da esfera pública tal como formulada pelas ciências sociais europeias. O Estado-nação seria o grande dispositivo administrativo e burocrático que explicaria a continuidade dos conflitos entre colonialismo e subalternos mesmo num contexto de independência nacional, pois representaria uma forma de domesticação das múltiplas expressões políticas desses grupos sociais (Cfr. MAIA, 2009).

Argumenta Chatterjee (1983) que a questão é conceitualizar aspectos da história humana como história – isto é, como um movimento que flui a partir de uma oposição entre duas distintas forças. Negar a autonomia dos subalternos seria petrificar esse aspecto do processo histórico, torná-lo imóvel, ou ainda, destruir sua história – e isso é o que fez a historiografia da Índia (CHATTERJEE, 1983, p.59).

A iniciativa e apresentação de tais investigações em temas subalternos consistem numa tentativa consciente por parte destes e outros contribuintes dos *Subaltern Studies* em contrariar a historiografia indiana moderna e estabelecer no processo histórico as aspirações e ações subalternas. Nisto, todos são fiéis à direção de Gramsci sobre o estudo das classes subalternas com vistas a buscar traços de iniciativa interdependentes. Ao fazer isto, eles estão também reagindo contra os escritos convencionais sobre a Índia que definem a “história” e a “política” quase exclusivamente em termos de ideias e atividades da elite.

Com o objetivo de enfrentar as suposições de “inércia” e “irracionalidade” camponesas, os estudiosos dos *Subaltern Studies* foram necessariamente levados a

estes movimentos, ou aspectos de movimentos, que deram uma evidência mais clara da iniciativa e afirmação subalterna.

Guha assumiu um papel de destaque no processo de adaptação das ideias gramscianas, especialmente no desenvolvimento do conceito de subalternidade – o que, segundo Gyan Prakash (2000, p.179), é o que há de “verdadeiramente novo e teoricamente atualizado” no trabalho dos *Subaltern Studies*. Ao confrontar as explicações correntes sobre os momentos nos quais as classes subalternas superaram, ao menos temporariamente sua caracterização fragmentária e isolada, surgiram análises importantes dos modos de comunicação política entre os camponeses. Segundo Capuzzo (2009, pp. 48-49), é com uma original análise da função das “vozes” e dos “rumores” na comunicação de uma sociedade camponesa ainda não mediatizada, que Guha explica a velocidade e capilaridade, mas também a impessoalidade da comunicação política entre os camponeses.

Guha viu a subalternidade como um contraste fundamental ao uso corrente do conceito de classe de sua época – um efeito de relações de poder expressado por uma variedade de significados – linguísticos, econômicos, sociais e culturais. Esta perspectiva, segundo Prakash, rompeu com a entidade indivisa da Índia em uma multiplicidade de posições que são tratadas como efeitos de relações de poder e dominação. Escrever história subalterna, deste ponto de vista, tornou-se uma atividade contestatória (PRAKASH, 2000, p.179).

Considerações finais

O interesse voltado à história das classes subalternas em Gramsci e a importância que esse aspecto tem em sua obra foi de decisiva influência no grupo dos *Subaltern Studies*. No entanto, é importante pensar a distância que o grupo subalternista assumiu dos esforços gramscianos – distância esta que é consequência natural dos deslocamentos históricos, tanto em seu sentido geracional quanto cultural. Guha, no primeiro volume da série dos *Subaltern Studies* explicitou que o conceito de subalterno seria entendido com o sentido de “nível inferior”, isto é, “em termos de classe, casta, geração, gênero e ofício ou de qualquer outra forma” (GUHA, 1982, p.vii). Embora admita que só é possível entender a subordinação como constitutiva de uma relação binária de domínio, o subalterno neste sentido ampliado é estabelecido

enquanto ponto de partida, de inspiração para a busca de seu “direito”, de sua “representação” na história.

Gramsci, por outro lado, ao imergir no mundo subalterno e em especial no mundo camponês, enquanto preocupação fundamental no que concernia a Questão Meridional italiana, tinha vistas a condição emancipatória e insurrecional desse grupo, enquanto parte constitutiva de uma relação de dominação propriamente capitalista – ou seja, o camponês, assim como suscitado por Guha, era um grupo inserido no âmbito do “político”, mas Gramsci foi além ao propor a construção de uma nova hegemonia das classes subalternas, na qual o proletariado deveria dirigir os demais grupos subalternos. Isto é, apesar de suas inúmeras reservas quanto ao “escrever história”, Guha, de fato, “escreveu história”.

Se aceitarmos, entretanto, a elaboração da identificação gramsciana entre história e política que pressupõe que “se o político é historiador, no sentido de que não só faz a história, mas agindo no presente interpreta o passado, o historiador também é político, e neste sentido, história é sempre história contemporânea, isto é, política” (Q.10, §2, p.1242), é possível considerar o projeto indiano enquanto um projeto eminentemente político, embora não tenha avançado numa proposta propriamente emancipatória do contexto indiano. Trata-se de um fôlego historiográfico de grandes proporções e que se coloca de modo harmonioso à obra do marxista sardo principalmente no que tange as motivações críticas do projeto – isto é, o esforço de dar unidade e estabelecer numa miríade de relações de dominação uma só relação de poder.

Bibliografia

ARNOLD, A. Gramsci and Peasant Subalternity in India. In: CHATUVERDI, Vinayak (ed.). *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. Londres: Verso, 2000

BARATTA, Giorgio. Prefazione. In: SCHIRRU, Giancarlo. *Gramsci, le culture e il mondo*. Roma: Viella, 2009

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CURTI, L. Percorsi di subalternità : Gramsci, Said, Spivak. In: CHAMBERS, Iain. *Esercizi di potere: Gramsci, Said e il postcoloniale*. Roma: Meltemi, 2006.

CHATTERJEE, Partha. More on Modes of Power and the Peasantry. In: *Subaltern Studies II*, GUHA, Ranajit, ed. New Delhi: Oxford University Press India, 1983.

CHATUVERDI, Vinayak. Introduction. In: CHATUVERDI, Vinayak (ed.). *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. Londres: Verso, 2000

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Nova Jersey: Princeton University press, 2000.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. *Revista de Sociologia e Política*, No 29, Novembro 2007

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Turim: Einaudi, 1975.

_____. *Temas para a questão meridional*. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUHA, Ranajit. *Subaltern Studies I: Writings on South Asian History and Society*. Delhi: Oxford University Press, 1982.

_____. *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India*. Delhi: Oxford University Press, 1983.

_____; SPIVAK, Gayatri Chakravorty (eds.). *Selected subaltern studies*. Nova York: Oxford University Press, 1988.

_____. *Dominance without hegemony: history and power in colonial India*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

_____. ed. *A subaltern studies reader 1986-1995*. Minneapolis: Univ. of Minnesota, 1999.

_____. Omaggio a un maestro. In: SCHIRRU, Giancarlo. *Gramsci, le culture e il mondo*. Roma: Viella, 2009.

PRAKASH, Gyan. Writing Post-Orientalist Histories of the Third World: Perspectives from Indian Historiography. In: CHATUVERDI, Vinayak (ed.). *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. Londres: Verso, 2000

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Prefácio. In: CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, Modernidade e Política*. Salvador: EDUFBA, CEAO, 2004.

MAIA, João Marcelo. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira Ciências Sociais*, v. 24, n. 71, 2009.

THOMPSON, E.P. *Modos de dominação e revoluções na Inglaterra: as peculiaridades dos ingleses e outros escritos* (NEGRO E SILVA. orgs). Campinas: Edunicamp, 2001.